



## **A ATUAÇÃO DA OTAN CONTRA O TERRORISMO INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE BASE EMPÍRICA E DE LEVANTAMENTO DE HIPÓTESES**

Katerine da Rosa Scussel\*

Prof. Rogério Santos da Costa\*\*

**Resumo:** O objetivo geral do artigo é analisar a participação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001, com base na sua identidade de organização internacional de segurança que se adaptou às novas ameaças do sistema internacional. Os objetivos específicos são: 1) descrever as principais dinâmicas globais de segurança e as características do terrorismo internacional; 2) apresentar a evolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com foco na sua mudança estratégica pós-Guerra Fria; 3) identificar as ações da OTAN na luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001 e; 4) levantar hipóteses e questionamentos articulando teorias e constatações empíricas. A metodologia adotada é a comparação das teorias previamente desenvolvidas com as ações da OTAN. A monografia está organizada em seis capítulos: o primeiro deles é a introdução; o capítulo dois contém a explanação sobre as características do sistema de segurança; o terceiro traça linhas de pesquisa do tema terrorismo; o quarto trata das características das OIs e traz as contatações empíricas da participação da OTAN no sistema internacional; o quinto busca levantar hipóteses e questionamentos que foram propostos; e, por fim; o sexto traz as considerações finais. Em uma visão geral, a OTAN atua na luta contra o terrorismo internacional de maneira complexa e estrategicamente pensada, e seus impactos se dão nas áreas civil e militar, nos ambientes real e virtual e em países aliados e não-membros.

Palavras-chave: segurança internacional, terrorismo, OTAN.



## 1 INTRODUÇÃO

O sistema de segurança internacional, complexo e historicamente formatado, é revestido de diversos modelos de relações, conflitos e negociações, tanto entre Estados, quanto organizações internacionais (OIs) ou indivíduos. Conforme o período em que o tema é analisado, podem ser encontradas peculiaridades e características específicas nas dinâmicas mundiais. Nos anos que seguem o fim da Guerra Fria, as ameaças à segurança internacional, assumiram uma identidade diferente das anteriores, já que o socialismo soviético deixou de ser o maior inimigo e este se materializou, principalmente, em organismos não-Estatais.

Seguindo a linha natural de evolução, após o ataque de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, uma nova forma de luta assumiu o protagonismo nesse cenário: o terrorismo. Assim, devido a sua singularidade, indefinição e importância, o terrorismo foi escolhido como tema deste estudo. Entretanto, para ser possível entender o tema com mais profundidade, é preciso observar as ações de cada ator do sistema internacional e como eles se correlacionam nesse âmbito, assim as causas e consequências se tornam mais explícitas e legítimas. Portanto, neste artigo, o estudo se delimita à luta contra o terrorismo no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) após o ataque de 11 de Setembro de 2001.

A partir do entendimento de que as dinâmicas mundiais variam com o tempo, especialmente os movimentos relacionados à segurança, pode-se notar que as situações de conflito se apresentam de diferentes maneiras, aplicando diferentes ferramentas e com diferentes objetivos, conforme o sistema internacional se adapta. Desta forma, os conflitos no cenário formado após a Guerra Fria são moldados por novos atores – com a crescente aparição dos agentes não-Estatais, novas motivações – refletindo extremismos e ideais separatistas mais fortes e específicos, e novas ferramentas – com fortes discussões sobre os riscos que envolvem a posse de armas de destruição em massa por esses grupos não-Estatais e Estados que os apoiam.

Assim, para ser possível compreender a forma como esses processos ocorrem é necessário conhecer os envolvidos. Os atores desse novo desafio no sistema internacional devem ser visualizados a partir de suas origens, objetivos, posses e grupos de apoio, para, a partir daí, ter-se uma análise de cenário com boa consistência. Da mesma forma, é fundamental ter claro como funcionam as relações entre eles, bem como suas ferramentas, metodologias, estratégias, parceiros e inimigos e, mais ainda, ter clara a definição de cada uma dessas características.

No cenário pós-Guerra Fria se torna bastante significativa a participação das OIs como mecanismos de defesa e união dos Estados em prol de um objetivo comum, principalmente a OTAN, que se depara com um desafio completamente novo no tema da segurança e na proteção dos territórios previamente delimitados, devido ao surgimento de grupos extremistas atuantes na área Euro-Atlântica. Assim surgem as dúvidas sobre as capacidades das OIs no sistema internacional, a força e o interesse dos Estados para gerir e fazer valer esses grupos, a legitimidade para atuação destas e até que ponto elas são realmente necessárias.

Portanto, para compreender todo o ambiente em que esse tema está envolvido, é preciso manter em vista, em primeiro lugar, o terrorismo assumido como nova ameaça à segurança; em segundo, as OIs como ferramenta de trabalhos dos Estados; em terceiro, a OTAN como um novo desafio nas mãos; e, por fim, a falta de delimitação de alguns termos empregados nessas dinâmicas. Com base nesses pilares, a pergunta que a monografia busca responder é: Como a OTAN participa da luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001?

Responder a essa pergunta acarreta a obtenção de informações sobre diversos temas das relações internacionais, desde o entendimento sobre o funcionamento de uma organização em específico, bem como seu entendimento sobre determinado assunto, até a compreensão de relações de legitimidade e jogo de interesses mais complexos que perpassam assuntos de segurança, mas tem base em outros temas. Logo, entendendo a participação da OTAN tem-se à disposição uma leitura das intervenções e procedimentos realizados em esfera global, de modo que a organização comporta ações que os países desenvolvem individualmente, além das atividades empreendidas sob sua liderança. Essa linha de raciocínio também gera importantes contribuições para a compreensão do papel das OIs no sistema internacional e, inclusive, da forma que uma intenção particular, de algum Estado, pode ser confundido como interesse coletivo no seio de uma organização.

Para a academia, o conhecimento sobre a participação da OTAN na luta contra o terrorismo possibilita realizar correlações teórico-práticas entre as ações desenvolvidas pela organização, seus objetivos e consequências frente a teorias previamente aceitas, as quais podem explicar fenômenos e levantar hipóteses e debates mais profundos sobre esses movimentos. Essa relação se torna, então, uma via importante para o desenho de previsões e padrões de comportamentos. Além disso, a academia pode encontrar novas definições para termos conhecidos e novos termos para situações anteriormente vivenciadas. Nesse sentido, ter clara a delimitação de cada um deles é fundamental.

Para o profissional de Relações Internacionais, entender o sistema com profundidade cria meios para o desenvolvimento de equiparações mais profundas e objetivas, possibilitando a conexão da teoria com a prática e melhorando a sua capacidade de análise e formulação de teses. Desta maneira, o internacionalista consegue realizar medições mais precisas, avaliações mais concretas e tomar decisões mais assertivas. O sistema de segurança mundial, de maneira especial, possibilita a evolução destas competências, visto que a defesa de territórios, populações, governos e ideologias moldam outros movimentos do sistema e, portanto, é uma peça fundamental. Assim, o objetivo geral da monografia é analisar a participação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001, enquanto que de maneira específica, a monografia busca: 1) descrever as principais dinâmicas globais de segurança e as características do terrorismo internacional; 2) apresentar a evolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com foco na sua mudança estratégica pós-Guerra Fria; 3) identificar as ações da OTAN na luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001 e; 4) levantar hipóteses e questionamentos articulando teorias e constatações empíricas.

Para alcançar tais objetivos, o estudo proposto teve como método de abordagem o indutivo, de maneira que levou em consideração as teorias existentes e ações previamente realizadas para concluir suas análises; e como método de procedimento o monográfico, o qual trata de comparar a teoria com a prática durante o seu desenvolvimento. A avaliação foi feita por meio da contraposição de suas ações e as teorias previamente conceituadas. O período considerado foi após o ataque sofrido pelos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001, devido às mudanças desenvolvidas no interior da organização e em todo o sistema internacional de segurança e defesa.

O estudo proposto é classificado de acordo com seu nível como exploratório, o qual busca aprofundar-se sobre determinado tema e avaliar os fatos com base nas teorias. Referente a abordagem, o estudo se delimita como qualitativo, devido à análise dos dados feita com base em teorias. Conforme seu procedimento, o estudo é de caráter bibliográfico e documental, pois se preocupa em analisar documentos já publicados, sejam eles livros, artigos ou revistas, além de documentos oficiais disponibilizados por governos e organizações. Sua base e procedimento para coleta de dados é a bibliografia existente sobre o tema, previamente desenvolvida e publicada, a qual auxilia a esclarecer os pontos debatidos durante o estudo e concorre para a conclusão do mesmo.

Para o entendimento do artigo, é importante significar o termo “insurgente”, inspirando-se na definição de Marks (2005), como um grupo que utiliza atos militares, guerra de guerrilha e/ou atos terroristas como método de trabalho para alcançar objetivos, lastreados em motivações políticas, religiosas ou sociais aceitas pelo grupo e sua base de apoio. É importante também inspirar-se em Marks (2005) para delimitar o termo “terrorismo”, que deve ser entendido na monografia como uma técnica de luta aplicada pelos atores do sistema internacional. Ainda, é preciso notar a diferenciação feita entre os termos contrainsurgência (COIN) e contraterrorismo (CT), que são delimitados durante a monografia. Por fim, é importante notar que serão utilizados parâmetros específicos como base para as discussões suscitadas de modo que procurou-se dar uma contribuição além da descrição das ações da OTAN. Neste sentido, a ideia destes parâmetros é de levantar algumas linhas de investigação e aprofundamento da temática e do objeto de estudo, ou seja, da luta contra o terrorismo a partir da OTAN e suas implicações no sistema internacional. Os parâmetros utilizados foram: à luz da teoria de macrossecuritização; tema de legitimidade; à luz dos complexos regionais; à luz das teorias de reação; frente a delimitações semânticas.

## 2 SEGURANÇA INTERNACIONAL

Uma boa parte da história da humanidade foi construída a partir de conflitos bélicos importantes, cada qual com suas especificidades. Entretanto, como fica aparente nas guerras mundiais, os sistemas nacionais e internacional são completamente afetados por um conflito, independentemente de como e porque ocorra. Nesse sentido, buscar a resolução pacífica de conflitos é a melhor solução, como concluíram os Estados envolvidos nas duas grandes guerras mundiais, portanto deram início a movimentos de integração e cooperação por meio das organizações internacionais. Como explica Nye (2009), o equilíbrio de poder não era mais suficiente para manter a ordem mundial, já que a regra de equilíbrio funciona para manter Estados soberanos e aumentar seu poder.

Entretanto, o sistema não é regulado tão facilmente e essa busca pela paz baseada em solução pacífica de conflitos esbarrou em diversos empecilhos, inclusive a falta de adesão por parte dos países inicialmente interessados. Logo, foi preciso desenvolver organismos para ser possível obter-se sucesso na integração internacional. Com o passar do tempo, organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e diversas outras se mostraram importantes nos seus respectivos espaços de atuação. (COSTA, 2015)

Apesar de todo o esforço empreendido na busca pela convivência pacífica dos países e os avanços obtidos, existem enfrentamentos bélicos posteriores às guerras mundiais, logo, faz-se necessário ir além do entendimento da guerra como enfrentamento violento na solução de conflitos e pontuar com maior precisão os fatores que as motivam e interferem nas disputas. Pode-se, então, tomar como ponto de partida da discussão as variações tecnológicas encontradas durante a história da guerra.

A guerra foi primordialmente formulada e organizada a partir de frentes de batalha dispersos em um espaço territorial estratégico, majoritariamente analisada a partir da quantidade de inimigos mortos, territórios anexados e populações rendidas: sinônimos claros de poder. A estrutura de um exército, por regra, era hierárquica e pouco flexível na sua totalidade e não considerava, necessariamente, esferas sociais para o ganho da luta. Porém, com a necessidade de dominarem-se territórios e povos mais complexos, em terrenos menos conhecidos, até mesmo em lados diferentes dos oceanos, as técnicas de batalha precisaram ser reavaliadas e adequadas às novas demandas. Para Bousquet (2008) a história da guerra foi desenvolvida em quatro fases: a mecânica, termodinâmica, cibernética e *caoplexica*.

A guerra mecânica, típica dos séculos XVIII e XIX, era extremamente sincronizada, organizada, hierarquizada e pouco flexível, na qual o comandante do exército e o monarca tinham total controle sobre suas tropas e o que acontecia no campo de batalha. No segundo momento, a guerra termodinâmica, vista na Segunda Guerra Mundial, apresentou sinais da aplicação de conhecimentos relacionados a engenharia e a novas formas de energia, a guerra, nesse momento, passou a ser total, com grandes contingentes de pessoas envolvidos. Por sua vez, a guerra cibernética, muito clara no cenário da Guerra Fria, consiste em utilizar mais intensamente recursos de informática e informação. Por último, o formato de guerra *caoplexica*, existente no mundo pós-Guerra Fria, consiste em conflitos não-lineares e dispersos no globo, combatido entre atores sem estruturas formais de comando, com grande velocidade e precisão. (BOUSQUET, 2008). No novo período de adaptação, a guerra é empreendida em outros moldes, assim é preciso entendê-la detalhadamente para ser possível analisar seus resultados reais e isso envolve observar suas ferramentas e estratégias, além de seus atores, motivações e cenário.

Como padrão para grupos armados, as armas convencionais são o método mais importante de ação. São consideradas armas convencionais: minas, armadilhas, outros artefatos que matam ou ferem e armas incendiárias (BRASIL, 1980). Nas guerras mundiais sua aplicação foi amplamente difundida, sendo esse um evento histórico marco na utilização e desenvolvimento desse tipo de armamento. Sua utilização ainda é bastante difundida em grupos de crime organizado, guerrilhas urbanas e até mesmo em casos de violência doméstica.

Entretanto, as principais ameaças discutidas durante e pós-Guerra Fria são as novas armas, aquelas com grande capacidade de destruição e com alto nível de tecnologia agregado, como é o caso das armas de destruição massiva, conhecidas também como bombas sujas. Conforme explica Neto (2011, p. 11) “[s]ob a categoria das ADM, hoje, são comumente inseridas as armas nucleares, as armas químicas e as armas biológicas”. Esse formato de armamento conta com alto detalhamento técnico.

Com o intenso movimento global sobre temas nucleares, tanto de desenvolvimento quanto de intercâmbio e com o agravante do ataque desenvolvido em 11 de Setembro de 2001 contra os Estados Unidos, a comunidade internacional passou a preocupar-se com o uso de tecnologia nuclear por grupos não-Estatais. Nesse sentido, esse formato de armamento gera intensos debates nas comunidades internacional e acadêmica com duas frentes importantes: aqueles que acreditam em um possível ataque com armas de destruição em massa por parte dos insurgentes e aqueles que não creem nessa possibilidade. Os



primeiros são considerados alarmistas e os céticos duvidam das chances destes grupos desenvolverem um ataque com esse tipo de armamento. (NETO, 2011)

Entretanto, uma forma ainda mais nova de desenvolver relações está na comunicação online. Nesse âmbito perpassam questões como o ciberterrorismo, uma ameaça que surge em consequência dos desenvolvimentos tecnológicos e difusão desse mecanismo para a sociedade civil. Essa vertente de análise corrobora no levantamento de questões sobre a capacidade de grupos insurgentes realizarem ataques virtuais a sites importantes dos governos e entidades privadas, de desenvolverem uma base de apoio sólida e espalhada pelo globo (já que não é necessária a proximidade física), de difundir seus ideais para obterem apoio militar e até sobre a capacidade que têm para obterem financiamento.

Esse debate inicial sobre o risco que a rede representa leva a discussões mais profundas sobre o tema, as quais delimitam duas formas básicas de ações do ciberterrorismo: interferência (*disruption*) e ruptura (*cracking*). Para os que acreditam no risco do terrorismo cibernético, a primeira forma de atuação, por meio da interferência, é a mais delicada. Para eles, o risco real de organizações insurgentes estarem atuantes é a possibilidade de atacarem sistemas de estruturas fundamentais do globo. O problema mais importante nesse caso é a capacidade que eles têm de interferir no bom funcionamento do fluxo estabelecido, impossibilitando processos básicos de sobrevivência e desenvolvimento de instituições e populações. Sua maior fonte de bons resultados nesse tema se dá a partir do ataque de pontos fundamentais do sistema completo, os quais não permitem a reorganização normal com facilidade e bloqueiam a reação das forças de defesa. (HOMER-DIXON, 2002)

A segunda maneira de atuação, a ruptura, causa menor preocupação para os estudiosos da área, quando leva-se em consideração que ao menos os sistemas ativos mais importantes estão muito bem estruturados e protegidos. Grupos insurgentes, por regra, preferem ataques com natureza de interferência devido a sua menor complexidade e ação pontual, que geram transtornos e complicações que podem ser efetivas dependendo do contexto de sua aplicação. Ao contrário das ações de caráter destrutivo, que demandam alto conhecimento e capacidade tecnológicos e não necessariamente representam ganhos, já que as consequências precisariam ser mantidas a longo prazo para obter-se um ganho real. Para ganhos a longo prazo, os grupos ainda percebem as armas convencionais como meios mais produtivos. (ZANINI; EDWARDS, 2001)

Deve-se considerar também a importância dos meios de comunicação em massa, que difundem a ideologia dos terroristas, outro fator fundamental nas estratégias de guerra. Nesse aspecto, o espaço virtual tem a capacidade de cooperar com uma organização

específica ou desmantelá-la, dependendo dos conteúdos veiculados e as formas de exposição dos mesmos. Além de difundir a ideia como um meio de recrutamento, a grande mídia é capaz de gerar terror sem se propor a tal ação.

O sistema global de segurança ainda pode apresentar dinâmicas de trabalho explicadas pela teoria de securitização da Escola de Copenhague, relida por Buzan e Waever (2009). Nesse formato de atividade, basicamente, tem-se um objeto de referência, um agente securitizador – que geralmente é um Estado, mas não sempre – e uma ameaça. Esse processo funciona a partir de quando o agente securitizador define um objeto de referência, aquilo que o ameaça e precisa ser combatido e passa a desenvolver estratégias de segurança especiais contra essa ameaça em favor do objeto de referência. A aprovação e sucesso dessa estratégia depende em grande parte do apoio do seu público, que precisa se convencer da necessidade de aplicá-la, a partir de um discurso denso e convincente. Esse processo pode se dar nos níveis médio ou sistêmico.

Acima desse cenário de securitização média, existe o cenário macrossecuritizado, que é a combinação de diversos processos de securitização médios em um único e grande processo de securitização sistêmico, que envolve diferentes setores do ambiente. A macrossecuritização precisa ainda levar em conta a sinergia entre os atores envolvidos e seus próprios processos de securitização, para que a nível sistêmico todos os temas securitizados estejam em convergência. Quando o sistema alcança níveis em que interfere e é interferido por outro processo de macrossecuritização, ele passa a fazer parte do conceito de constelações de segurança. Isso significa dizer que os assuntos estão interligados e interdependentes, a macrossecuritização de um lado altera algumas configurações da outra e o conjunto se torna mais complexo e variável. (BUZAN; WAEVER, 2009)

O sistema global de segurança é a configuração obtida com a integração de todos os poderes mundiais em um único grupo, um macrossistema, que influencia o comportamento de cada unidade menor, ou seja, os países ou os Estados. Esse sistema, assim como qualquer outro, apresenta polos de poder e, conseqüentemente, polarização. Os polos de um sistema são as instituições reconhecidas com grande capacidade de atuação: as potências, e a polarização são as alianças formadas entre os polos de poder do sistema. (BUZAN; WAVER, 2003)

Ainda nessa formatação, fica clara a divisão dos polos em três categorias básicas para Buzan e Waver (2003), já que outros autores definem esses poderes de outras maneiras. Primeiramente os autores defendem que estão os grandes poderes, chamados *superpower*, que são os polos do sistema, aqueles com capacidade de projetar força e atuar em qualquer sistema regional do globo. No cenário pós-Guerra Fria, os Estados Unidos são os únicos no

mundo. Em seguida existem os países com poder médio, conhecidos como *great power* no sistema mundial, que por sua vez não possuem tanta influência quanto um poder global, mas possuem mais poder a nível internacional que uma potência regional, eles interferem em outras regiões, mas não em todas e não delimitam ações ou estratégias nos outros sistemas regionais. No cenário pós-Guerra Fria, a União Europeia - (com França, Alemanha e Reino Unido), Japão, China e Rússia são considerados poderes médios. Por último estão os países com poder regional, que têm capacidade de atuar somente na esfera correspondente a sua região de domínio, sem força para influenciar outras regiões. Os grandes e médios poderes os veem como importantes no caso de buscar-se alguma ação naquele determinado sistema regional, mas não são considerados importantes *players* mundiais. (BUZAN; WAVER, 2003)

Não é claramente possível um mundo totalmente unipolar, com grande força canalizada em um único país e sem médios poderes, nem um sistema mundial com muitos grandes e médios poderes. Assim, a configuração mais possível de ser obtida é um sistema mundial formado de poucos grandes poderes e pouco mais de poderes médios. No caso de formar-se um mundo composto por  $x + 0$ , ou seja, muitos poderes grandes e nenhum médio, o mundo seria intensamente conectado, de maneira que qualquer países com significativa força seria capaz de atuar em todo o globo. No caso de a formação ser  $0 + x$ , ou seja, nenhum grande poder e muitos poderes médios, o mundo seria organizado com base nas posições geográficas dos países e nem todos eles estariam conectados. A formatação atual do sistema mundial é  $1 + 4$ , com um grande poder mundial: Estados Unidos, e quatro poderes médios: União Europeia (Reino Unido<sup>1</sup>, França e Alemanha), Japão, China e Rússia, e é o provável cenários para próximas décadas. A segunda possibilidade é formar o sistema com  $2 + x$ , composto por dois grandes poderes, que seriam China e EUA e vários poderes médios. (KAPSTEIN; HANSEN apud BUZAN; WAVER, 2003). Entretanto, o mais possível de se alcançar no caso de os Estados Unidos perderem força, é o formato  $0 + x$ . (BUZAN; WAVER, 2003)

Ainda é possível entender o sistema mundial de segurança por meio das características internas de cada Estado, que são diferentes dependendo do nível de desenvolvimento em que a estrutura de poder nacional está. Buzan e Waver (2003) definem que existem Estados Pré-Modernos, que são Estados com pouca coesão, infraestrutura e desenvolvimento interno, muito predispostos a enfrentar difíceis batalhas nos seus ambientes nacionais. Estados Modernos, que é o tipo mais comum, são aqueles que apresentam um

1 Com a saída do Reino Unido da União Europeia esse cenário pode ser alterado.

governo forte no âmbito interno, são independentes e atuam fortemente para abertura e integração, zelam por sua soberania e suas fronteiras, mas tendem a buscar parceiros externos para desenvolver ainda mais suas habilidades e suprir necessidades específicas. E os Estados Pós-Modernos, que são o novo fenômeno mundial, localizados primordialmente no coração do capitalismo, são mais tolerantes e abertos que os outros dois modelos, mas ainda mantém padrões de atitudes nos assuntos de fronteiras e soberania, por exemplo, buscam ainda mais integração e tem suas bases extremamente firmes nas arenas interna e internacional. (BUZAN; WAVER, 2003)

Com a Guerra Fria e a mudança das práticas globais em todos os temas, o tema da segurança também se adaptou. A partir disso, cada região passou a ter certa força em alguns temas, principalmente aqueles relacionados à segurança, fator que estimulou o aparecimento de regiões melhor desenvolvidas ao redor do mundo. O fim da Guerra Fria acelerou o desenvolvimento das regiões em sistemas de segurança separados das grandes potências globais. Essa nova ordem mundial que instalou-se a partir do fim da bipolaridade está baseada nas ideias de que as antigas colônias já não estavam mais ligadas tão fortemente às potências mundiais e as ameaças à segurança e problemas de diversas ordens, são mais concomitantes nos países mais próximos geograficamente, logo, regionalmente as políticas de defesa são semelhantes e isso acaba formando sistemas regionais de segurança padronizados. (BUZAN; WAVER, 2003)

Dessa forma, o mundo se divide em cinco grandes sistemas regionais de segurança, sendo eles: Ásia, África, Oriente Médio, Europa e América. Cada um desses sistemas possui seus próprios temas securitizados, suas ameaças específicas e seus padrões de atuação e relacionamento, tanto interna – dentro do sistema – quanto externamente – com os países externos ao sistema. As ameaças combatidas no interior desses sistemas são securitizadas por todos ou, pelo menos, pela maioria dos países que os compõem. Geralmente as ameaças securitizadas provêm do âmbito global, mas os objetos que os países buscam proteger podem ser globais ou regionais, como a sociedade ou recursos internos. A securitização pode ser interna/nacional, regional ou a nível sistêmico. (BUZAN; WAVER, 2003)

Além disso, dentro de cada sistema regional, existem subsistemas, compostos por países ainda mais próximos geograficamente e que compartilham as mesmas dificuldades e ameaças, portanto, costumam desenvolver padrões ainda mais próximos de atuação conjuntos. Existem polos de poder em cada complexo regional e subcomplexo, alguns têm ambição de sê-lo, mas ainda não alcançaram o posto, por exemplo a Turquia no sistema Europeu. Apesar

disso, os dois grandes polos regionais de segurança, com melhores equipamentos, inteligência, pessoas e recursos monetários são Estados Unidos e Europa, cada um com suas particularidades e interesses próprios. (BUZAN; WAVER, 2003)

Cada sistema ou subsistema regional é formado de acordo com a história dos países que os compõem e com as características desses países. Considerando a divisão que os Estados podem apresentar: pré-modernos, modernos e pós-modernos, cada um desses grupos de Estados convergem em relação as temas que securitizam e como lidam com suas ameaças, portanto, os sistemas regionais respondem aos problemas que enfrentam e ao sistema global de acordo com os tipos de países que os formam. (BUZAN; WAVER, 2003)

### 3 TERRORISMO

#### 3.1 CARACTERÍSTICAS DO TERRORISMO INTERNACIONAL

Definir terrorismo é uma tarefa bastante complexa, sendo possível encontrar distintas visões do mesmo assunto com partidas de diferentes pontos de vista. O governo dos Estados Unidos no seu Dicionário de Termos Militares e Associados (2010, p. 241) define terrorismo como “o uso ilegal de violência ou ameaça de violência, frequentemente motivado por religião, política ou outras crenças ideológicas, para suscitar medo e coagir governos ou sociedades na busca por objetivos geralmente políticos” (tradução nossa)

Reinares em seu livro *Terrorismo y Antiterrorismo* (1998, p. 15) aceita terrorismo

[p]recisamente quando uma ação de violência gera efeitos psíquicos desproporcionais frente a suas consequências materiais adquire peculiaridades próprias do que denomina *terrorismo*. Concretamente, a intenção de suscitar reações emocionais tais como ansiedade, incerteza ou amedrontamento entre quem forma parte de um determinado grupo agregado da população, de maneira que resulte factível condicionar suas atitudes e dirigir seus comportamentos em uma direção determinada, prima nos atos terroristas sobre o desejo de causar danos tangíveis a pessoas ou coisas.. (grifo do autor, tradução nossa)

Dessa maneira, superficialmente é possível interpretar terrorismo como uma técnica de luta que visa causar danos psicológicos acima de tudo e utiliza-se dos danos físicos para acentuar os primeiros, devido às motivações políticas do grupo que a aplica. Com vista nas definições expostas, pode-se então questionar até que ponto existem “grupos terroristas” e como pode ser materializada a “guerra contra o terror” proposta pelos Estados Unidos e o Ocidente, já que ambas as expressões se tornam intangíveis na esfera teórica e nesse sentido fica clara a diferença entre o discurso, que defende a ideia de um terrorismo tangível e possível de ser derrotado militarmente; e a academia, que o entende como um método de combate aplicável em diversos âmbitos.

Torna-se ainda mais complexo responder a essas perguntas se for considerada a comparação entre o terrorismo “antigo” e o “novo” proposta por Howard (2003, p. 75), que traz algumas características do terrorismo internacional do século XXI:

O “velho” e o “novo” terrorismo são diferenciados em seis diferentes maneiras.

1. O “novo terrorismo” é mais violento. Sob o velho paradigma, os terroristas querem atenção, não mortes em massa. Agora eles querem os dois.
2. Diferentemente dos seus parceiros da Guerra Fria, que eram primeiramente atores sub-estatais tentando gerar mudanças nas políticas locais, os terroristas de hoje são

transnacionais, atores não-Estatais que operam globalmente e querem destruir o Ocidente e todos os Estados islâmicos seculares.

3. Os “novos terroristas” são muito melhor financiados que seus antecessores, que se baseavam principalmente em crime ou na generosidade de um Estado patrocinador para financiar suas atividades. Os terroristas de hoje têm fluxos de renda a partir de fontes legais e ilegais e não são submissos a nenhum Estado patrocinador nem ninguém mais.

4. Os terroristas de hoje são melhores treinados nas artes da guerra e nas artes negras que aqueles nas décadas passadas. Nós sabemos disso a partir de materiais capturados nos campos de treinamento da Al Qaeda no Afeganistão e a partir de materiais de treinamento muito similares de outros grupos muçulmanos extremistas encontrados na Europa e na Ásia Central.

5. Os terroristas dessa geração, particularmente os extremistas religiosos, são mais difíceis de penetrar que terroristas das gerações anteriores. A estrutura interconectada e celular utilizada pela Al Qaeda e seus aliados são especialmente difíceis de penetrar, especialmente por um aparato de segurança hierárquico como o dos Estados Unidos. Enquanto subornos e armadilhas sexuais poderiam ajudar na captura de terroristas para acusação e informações nos velhos tempos, agora é difícil “transformar” extremistas religiosos que usam os mesmos métodos. [...]

6. Mais traiçoeiros sobre a disponibilidade de armas de destruição em massa (ADM). De volta aos anos 1980, quando eu iniciei a me engajar em contraterrorismo, nos estávamos preocupados com pequenas armas, explosivos (particularmente plásticos), lança-granadas e ocasionais mísseis anti-aeronaves movidas a ombro. Hoje, a preocupação é com armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas – todas que são potencialmente catastróficas, com potencial de destruição massivo. (grifo do autor, tradução nossa)

Em resumo, o “novo terrorismo” tem características bastante peculiares e se diferencia significativamente de outras formas de resistência já organizadas na história mundial. A nova proposta é acima de tudo transversal e heterogênea, o que possibilita desenvolver sua explicação a partir da teoria da complexidade, baseada em estudos da matemática que se preocupava com a dinâmica de sistemas não-lineares nos anos 60. Em Bousquet e Curtis (2011, p. 46) estão expressamente delimitadas quatro características dessa teoria “não-linearidade, sistemas abertos, organização própria e emergência” (tradução nossa).

A primeira delas trata da forma como as organizações estão distribuídas em redes, ou seja, suas estruturas não seguem um fluxo contínuo de informação e comando, logo não é possível prever com exatidão o efeito de cada ação; o que leva à segunda característica, que determina a possibilidade de o sistema sofrer influência e influenciar o meio facilmente e não permite a análise da situação a partir de pequenos intervalos ou acontecimentos; a terceira segue a mesma linha de raciocínio e explica a forma como cada ação é pensada e desenvolvida através da integração dos membros; fato que se conecta com a quarta característica, que determina que a interação entre pequenos sistemas gera os *inputs* do grande sistema de cada organização que por sua vez desenvolve sua luta a nível mundial. (BOUSQUET; CURTIS, 2011)

O terrorismo ainda pode ser entendido a partir de três diferentes níveis de atuação: o tático, o estratégico e o político. O primeiro é a aplicação das técnicas de luta propriamente ditas, o ato de atacar, ferir, matar e destruir seja por meio de armas convencionais, sequestros, tortura ou armamentos de destruição em massa. O segundo, no nível estratégico, os atos visam exclusivamente provocar terror da maneira que os possibilitem ganhar a guerra e enfraquecer o inimigo. No terceiro nível, o político, o terrorismo visa destruir o inimigo e desestabilizar sua estratégia para, então, obter controle. (SAINT-PIERRE, 2015)

Para que seja possível entender profundamente os grupos expostos pelo discurso como terroristas, em primeiro lugar é necessário perceber a diferença clara entre grupos insurgentes e criminais, duas distinções básicas de grupos não-Estatais que atuam por meios bélicos. Os grupos insurgentes têm motivação geralmente política e desenvolvem ações em busca de objetivos dessa natureza. Ainda podem haver variações, como as causas sociais ou raciais, mas necessariamente envolvem benefícios políticos, como está confirmado em Marks (2005, p. 13)

[u]ma insurgência é um movimento político armado que busca derrubar um governo constituído, ou a separação dele, através do uso de subversão e conflito armado. Isso é uma prolongada luta político-militar desenhada para enfraquecer o controle e legitimidade do governo enquanto aumenta o controle da insurgência. Poder político é a questão central na insurgência. [...] O objetivo da insurgência, então, é mobilizar fontes humanas e materiais para formar um Estado alternativo. [...] Uso de violência operacional e tático como estratégia da insurgência passou a ser cada vez mais comum, especialmente o uso de terrorismo (isto é, terrorismo como método de ação). Violência (em qualquer forma) é a arma disponível mais potente para insurgentes, mas isso é normalmente acompanhada de vários significados não-violentos.

Marks (2005) ainda explica que existem duas formas de insurgência: a ofensiva e a defensiva. A primeira é característica por criar um “contra-Estado”, enquanto a segunda já o possui como um grupo estabelecido porém sem voz que busca a separação do Estado formal. A insurgência ofensiva precisa de abordagens pacíficas, para conquistar o apoio popular, e militares, para defesa de seus objetivos. Ela precisa também, mais do que a defensiva, de líderes (que idealizam e planejam), de combatentes (para segurança das áreas da insurgência e luta armada), de ativistas (que buscam a mobilização popular e a difusão da ideologia) e da base popular (apoio local ao grupo insurgente).

Em contrapartida as organizações criminais têm objetivos puramente econômicos, ou seja, as ações são sempre com vista em quanto dinheiro podem gerar. Suas atividades não são baseadas em necessidade de reconhecimento de direitos ou em motivações políticas, mas,



na verdade, desrespeitam as leis e atuam em benefício próprio de maneira indiscriminada. Shelley et. al. (2005, p. 10) conta que “seus motivos aparecem diferentes: crime organizado foca em fazer dinheiro e terrorismo busca mudar a autoridade política.”

Makarenko (2004) explica que essas definições não são estáticas, de modo que uma organização tida como insurgente pode virar criminal e vice-versa ou ainda que grupos insurgentes podem ter alianças ou aplicar técnicas de grupos criminais, assim como o contrário é possível. No seu texto ela explica que

[...] crime organizado e terrorismo existem no mesmo plano, e então são, teoricamente, capazes de convergir em um ponto central. O crime organizado está situado na extrema esquerda e o terrorismo tradicional na extrema direita – cada um com suas posições distintas e separadas. Na posição central da linha está o ponto de “convergência”, onde uma única entidade exibe características criminais e terroristas simultaneamente. Avaliando as várias relações desenvolvidas entre grupos com motivações criminais e políticas, sete categorias são visualizadas – cada uma ilustrada em diferentes pontos da linha. De qualquer forma, os sete pontos podem ser divididos em quatro grupos gerais: (1) alianças, (2) motivações operacionais, (3) convergência, (4) o “buraco negro”. (MAKARENKO, 2004, p. 131, tradução nossa)

Porém, ela pontua que as organizações que se encontram no “buraco negro” não são a regra, já que a normalidade se define em organizações com características de apenas um dos grupos que podem ou não aplicar técnicas do outro.

Independentemente dos seus objetivos e a qual grupo se encaixa, uma importante característica desses grupos é a forma de organização em redes, sem estruturas hierárquicas de mando e execução, muito bem desenvolvidas com a utilização da tecnologia e aplicação do formato em batalhas físicas, características importantes da guerra *caoplexica*. De maneira geral, os grupos não-Estatais foram os que melhor se adaptaram ao novo molde, buscam desenvolver pequenos grupos dispersos em grande extensão territorial, que se organizam e agem por meio das ligações que desenvolvem entre eles, sem um líder formal. Essa estrutura surge a partir da interação social e das vontades e crenças individuais dos membros do grupo que se relacionam a partir dessas características que têm em comum. A organização pode assumir três diferentes formas: linear, na qual as informações fluem de uma ponta a outra; por meio de eixos, na qual alguns dos agentes – que podem ser indivíduos, organizações ou ainda Estados – são tidos como nós do sistema e a comunicação perpassa por eles para chegar ao outro lado; ou matriz total, na qual todos os agentes estão interligados igualmente e a comunicação flui normalmente entre eles. É possível também que determinado grupo utilize mais de uma forma de comunicação na sua estrutura. (ARQUILLA; RONFELDT, 2001)

Essa não-linearidade do processo acaba gerando consequências também não-lineares, portanto, impossíveis de prever e tratar completamente e antecipadamente. Um dos fenômenos que essa forma de organização acarreta é o chamado “efeito borboleta”, no qual uma pequena ação de um grupo em determinado local do planeta desencadeia enormes mudanças em outro local e situação, que não sofreu influência direta desse ato inicial. Isso ocorre porque nesse sistema complexo e interligado, diversos agentes estão agindo e reagindo a todo momento, portanto se adaptam a mudanças frequentemente e a flexibilidade se propaga, gerando transformações extraordinárias em todo o planeta. (BOUSQUET, 2008) Nesse cenário, o controle é adquirido a partir do ato de influenciar agentes e não por meio da imposição de regras e caminhos. (ALBERTS; HAYES, 2003 apud BOUSQUET, 2008). A estrutura descentralizada ainda permite menos vulnerabilidade dos grupos, já que suas estruturas conseguem se reconstruir e reorganizar mais facilmente. (BOUSQUET, 2008)

Ainda, esses grupos contam com importante apoio social, que é a base para o sucesso das suas atividades. Sem apoio da população local e uma causa convincente que possa atrair membros aos grupos, essa estrutura acaba por se desfazer. Esse grupo pode ser ativo e realmente lutar pela causa, ou apenas expressar seu apoio fora do movimento, sem liderar ou participar de lutas propriamente ditas, e fornecer apoio na internet, por exemplo.

Além disso, é necessário entender a forma de atuação do grupo, ou seja, qual é sua maneira de fazer guerra dependendo de como o grupo ou exército se organiza. Exércitos nacionais assumem como regra a guerra convencional, que faz uso de técnicas tradicionais de luta: organização hierárquica pouco flexível, grandes grupos organizados e sistemáticos sob as normas de um plano de batalha já estruturado e uniforme, sem grande espaço para mudanças e com o apoio de alta tecnologia em cada operação. Essa forma de guerra é chamada também de guerra absoluta, aquela que envolve diversos âmbitos de uma sociedade e requer grandes esforços de todo o país. Quando esse exército luta contra outro grupo organizado da mesma forma, geralmente Estado contra Estado, existe uma guerra simétrica, ou seja, os dois lados possuem a mesma capacidade de vencer. (GALULA, 1964)

Grupos não-Estatais, de maneira geral, aplicam formas de guerra mais baratas e menos burocráticas: guerras de guerrilha ou subversiva. Essa técnica consiste em desenvolver ações rápidas e pontuais, em vez de pré-estabelecer uma estratégia formal. Geralmente fazem uso de emboscadas, sabotagens, ataques surpresa ou até mesmo terrorismo, tudo com pequenos contingentes organizados para essa ação, o que os torna muito difíceis de localizar e combater. Quando existe combate entre um desses grupos e um exército tradicional, chama-se guerra assimétrica. (GALULA, 1964)

Em muitas guerras, as mesmas leis e princípios comportam igual verdade para ambas as partes do conflito. O que varia é a maneira que cada oponente os aplica, de acordo com suas habilidades, sua situação particular, sua força relativa. A guerra convencional pertence a esse caso geral. A guerra revolucionária, por outro lado, representa um caso excepcional, não somente porque, conforme nós suspeitamos, ela tem suas regras especiais, diferente da guerra convencional, mas também porque muitas das regras aplicadas para um lado não funcionam no outro. (GALULA, 1964, p. x, tradução nossa)

O progressivo desenvolvimento e crescimento do extremismo islâmico no Oriente Médio e Magreb, imprescindivelmente após as intervenções militares do Ocidente na região e o evento da Primavera Árabe, sinaliza a violência empreendida por esses grupos como uma forma de guerra assimétrica. Seus ideais de luta e dominação alcançaram grande parte do globo e suas ameaças são uma preocupação não só governamental, mas também dos civis. A abordagem internacional de suas lutas configuram um novo inimigo, sem forma, sem rosto e sem localização contra agentes estatais formais e legítimos. Gerges (2001) considera essa nova forma de ameaça a segurança global igualmente à antiga ameaça do comunismo soviético.

Mas a aplicação de técnicas de luta terroristas não é exclusividade de atores insurgentes desvinculados de aparatos governamentais. O terrorismo de Estado é outra variável desse fenômeno. Conforme explica Saint-Pierre (2015), terrorismo estatal existe quando na origem do terrorismo ou como no seu ator material se encontra o Estado, seja com sua força militar ou política. Ainda é importante notar que, nesse sentido, a indefinição do real significado de terrorismo é utilizado estrategicamente no discurso político, proporcionando a estigmatização do outro como terrorista e perigoso, o que, portanto, pode se tornar terrorismo de Estado frente a grupos rebeldes e emergência políticas opositoras legítimas.

O apelativo de “terrorista”, por um lado, parece justificar o emprego de todos e quaisquer meios na sua eliminação – inclusive a tortura – e, por outro, procura abrir uma brecha entre o grupo assim considerado e a população em geral evitando a simpatia dessa com a causa daquele e um eventual apoio. Por outro lado, parece haver uma certa dificuldade generalizada para considerar como “terroristas” alguns dos atos de violência e comportamentos regulares, oficiais, aqueles praticados pelos governos e, na maioria dos casos, em nome da última ratio do Estado. (SAINT-PIERRE, 2015, grifo do autor)

Nesse sentido fica explícito o desinteresse por parte das entidades políticas em definir terrorismo, já que sua delimitação acabaria por restringir atitudes justificadas pelo combate ao terror e, conseqüentemente, reduziriam sua capacidade de conquistar poder. Ainda, deixaria mais claro aqueles fenômenos que se caracterizam por terrorismo de Estado,

mas não podem ser assim explicados em sua totalidade devido a falta de uma definição perfeitamente aceita. (SAINT-PIERRE, 2015)

### 3.2 CONTRATERRORISMO X CONTRAINSURGÊNCIA

A forma como o sistema mundial se organizou durante a história, mostra aos Estados e organizações que não é somente o meio bélico que vence a guerra. Principalmente se vinculada ao terrorismo a ideia de “guerra total” fica mais evidente. Para obter sucesso na derrota de um grupo armado é preciso identificar a origem do conflito, as motivações de seus membros, os objetivos que apresentam e ainda qual grupo social representam. A luta precisa ser bem elaborada e certa para que seja realmente efetiva.

Entretanto, não é assim tão simples. As lutas contra os novos grupos armados transnacionais perpassam por diversos temas e envolvem diferentes países, portanto, envolvem em grande grau os discursos e as ideologias de ambos os lados – Estados e rebeldes. Os países que se dedicam a essas disputas e assumem um lado precisam manejar muito bem seus aliados e inimigos para ganharem em todos os sentidos. Caso um grupo analisado como terrorista esteja localizado em um país amigo, deve-se levar em consideração que transformá-lo em campo de batalha e corromper suas estruturas não será positivo para ele; porém, é possível ajudá-lo a corromper o grupo armado com apoio técnico e militar. No contrário essa lógica também é válida: ataques em países inimigos podem desestabilizar sua forma de organização e fortalecer a oposição. Desta forma, os analistas precisam também entender como se dão as relações internacionais estabelecidas e as motivações de cada Estado quando se envolve em determinada disputa ou deixam de fazê-lo.

Baseando-se nos debates sobre a diferença entre grupos armados não-Estatais abordados anteriormente – insurgentes e criminais – e a diferenciação que existe entre o terrorismo do discurso e da academia, é preciso pontuar a diferença entre contrainsurgência e contraterrorismo, duas formas de combate a grupos armados. Assim fazendo, passam ser possível melhor desenvolver métodos de análise das políticas de defesa de governos e organizações e, mais ainda, possibilita identificar em qual dos dois grupos as estratégias se encaixam. Desta forma, pode-se identificar mais claramente se as respostas estão de acordo com a natureza do grupo armado a ser combatido, para posteriormente analisá-las mais profundamente.

A luta contrainsurgente, abarca entre outras ideias, aquelas referentes à população local de onde o grupo está inserido, formas de financiamento da população civil e do grupo, a

relação do governo com o grupo e com os civis, a capacidade militar do grupo e do governo e ainda a estrutura geográfica dos locais onde o grupo atua. A ideia é desmantelar o grupo por meios não bélicos, ou seja, buscar meios pacíficos para resolução do conflito. (GALULA, 1964)

Essa estratégia precisa entender alguns pontos importantes: é preciso considerar que os grupos insurgentes têm domínio ideológico sobre seu grupo de apoio e, muitas vezes, sobre a população local, a qual é o fator mais importante dessa forma de guerra; o grupo predominantemente tem como objetivo provocar o caos com seus ataques; ele não possui nenhuma responsabilidade social, política ou econômica e tampouco possui algum bem material para proteger; pode viver de propaganda e não necessariamente ações, porque sua luta se baseia em ameaças e batalhas psicológicas, primordialmente; o grupo decide seu tempo e sua forma de atuar independentemente de outros fatores, ele pode nunca se tornar um exército convencional e provavelmente não o fará, porque a luta subversiva gera maior retorno; o grupo faz uso de uma causa atraente, que pode ser de natureza política, econômica, social, racial ou ainda artificial, se aceita como um problema, e consegue recrutar e obter apoio a partir dela. Nesse sentido, não é possível derrotar um grupo armado sem entender toda a sua forma de organização, seus pilares mais importantes, como surgem suas ações e seus grupos de apoio. (GALULA, 1964)

O governo dos Estados Unidos (2006) desenvolveu um guia de ação contrainsurgente que contém os seguintes itens:

1. Planejar: nessa fase, é preciso dedicar a atenção necessária tanto ao ambiente em que ocorre a luta quanto no inimigo;
2. Preparar: a preparação do exército deve considerar que a luta é contra uma organização não-estatal, portanto deve trabalhar seu sistema de inteligência e ações não-militares, por meio de pequenos grupos de trabalho e grande flexibilidade;
3. Executar: a execução do plano contrainsurgente requer conhecimento e estratégias aplicadas em guerras convencionais, além da capacidade de desenvolver alianças e ter atenção à mídia local e global;
4. Finalizar: para manter o plano em funcionamento, é preciso manter sigilo sobre as ações empreendidas e os detalhes das operações.

A luta contraterrorista, por outro lado, se dispõe a derrotar o grupo armado por meios militares. Essa forma de combate costuma aplicar variações de armamentos e técnicas de guerra disponíveis, estratégias pré-desenvolvidas e cooperação em matéria de informação. A estratégia deve levar em consideração em primeiro lugar as disparidades entre as duas

partes: governos/organizações e os grupos não-Estatais, duas entidades que apresentam capacidades muito diferentes e estão em confronto direto nesse caso. A primeira, domina melhores condições militares, tem maior acesso à tecnologia de ponta em armamentos e obtenção e controle de informação, logo, em um campo de batalha tradicional possui vantagens incomparáveis. Por outro lado, o grupo terrorista tem controle ou, pelo menos, influência sobre o território onde a guerra se passa, conhece sua população, relevo e técnicas de guerra específicas para aquele terreno, assim, em guerras insurgentes apresenta melhores oportunidades.

Na luta contraterrorista o governo ou instituição precisa balancear seus pontos fortes e fracos e adaptar-se a essa estrutura de guerra assimétrica, com atenção às estratégias de guerra subversiva aplicada por seu inimigo, já que quem direciona a batalha é o grupo insurgente. A grande diferença é que os grupos combatidos pela luta contraterrorista são primordialmente violentos e suas motivações ficam em segundo plano.

## 4 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O sistema internacional anárquico, como um ambiente complexo, multicultural e multipolar desenvolvido após o fim da Guerra Fria, apresenta características peculiares e principalmente a necessidade de integrar diversos pontos de vista e interesses divergentes presentes no sistema. Para obter-se determinado nível de sucesso na sua organização e possibilitar a paz duradoura, os países desenvolveram mecanismos para negociação e o desenvolvimento de acordos. As soluções de conflitos que eram estabelecidas bilateral ou regionalmente não foi suficiente no novo contexto. (HERZ; HOFFMANN, 2004)

Com vista nisso, em um primeiro momento, os países desenvolveram arranjos *ad hoc*, que são reuniões em cúpulas ou conferências internacionais realizadas pontualmente sobre determinado assunto, conforme surge a necessidade da comunidade internacional. Porém, as demandas dessa sociedade passaram a ser mais complexas com o passar do tempo, novos países passaram a ter força e buscaram defender seus interesses na arena internacional. Isso significa que, para ser possível manter a ordem, outras vozes precisavam ser ouvidas, com maior frequência e formalidade. Dessa maneira, iniciou-se o processo de desenho das organizações internacionais, no formato de fóruns multilaterais com personalidade jurídica reconhecida, responsáveis por coordenar as relações entre três países ou mais sobre determinado tema – ou temas – guiadas por normas e princípios pré-estabelecidos. (HERZ; HOFFMANN, 2004)

Para a manutenção do sistema internacional como um ambiente pacífico, de cooperação e de desenvolvimento, então, é necessário o alinhamento dos países em um sentido comum, apesar de apresentarem propósitos diferenciados frente a cada tema dependendo da sua condição na esfera internacional. Dessa maneira, o surgimento das OIs é um fator preponderante para o manutenção da estabilidade do sistema previamente estabelecido. Entretanto, apesar da emergência natural destas, o ponto de partida das OIs firmemente institucionalizadas é o interesse das grandes potências globais em fazê-las, dinâmica que sinaliza como esses organismos podem servir em grande parte como caminho para o imperialismo, por meio dos mecanismos de tomada de decisão e a capacidade de coerção presente nesse âmbito. Esses fatores levam ao questionamento sobre o real cumprimento das responsabilidades estipuladas nos seus documentos formais. (COSTA, 2015)

Considerando o compromisso das OIs como sendo a manutenção da segurança e do equilíbrio internacional, a dificuldade que encontram para unificar os interesses e tomar as decisões e o caráter imperialista de muitas delas, surge o debate sobre a real efetividade de suas ações e decisões, ou seja, quais os resultados obtidos a partir delas. Nesse sentido, Herz e Hoffmann (2004) explicam que as OIs oferecem mecanismos para garantir o cumprimento, por parte dos Estados, das normas estabelecidas, porém, caso não alcancem o resultado desejado podem buscá-lo por meio de pressão política, sanções ou uso da força militar. Porém, Lawrence (2007, p. 2) explica que

[...] para ser efetiva, uma organização internacional precisa, obviamente, ter os meios para cumprir sua missão. Ainda, de qualquer forma, ela deve apenas ser carregada de missões e meios que são compatíveis com o alto nível de legitimidade. Assegurar que essas condições serão encontradas não é fácil, porque existe uma tendência inerente para muitas instituições internacionais de experimentar um “desvirtuamento da missão” particularmente quando prestação de contas de partilha dos encargos é fraca. Este, por sua vez leva a falhas de um dos dois tipos: ou com meios inadequados para realizar a missão ou problemas de legitimidade.

Nesse sentido, cada OI, dependendo de sua área de atuação e seus objetivos previamente estabelecidos e acordados entre os membros e a comunidade internacional, responde ao tema de efetividade de uma forma diferente, tornando esse assunto complexo e de difícil materialização em termos absolutos.

No caso de organizações internacionais para cooperação militar e segurança coletiva, o sistema é baseado na ideia de atores racionais na resolução de conflitos militares, que buscam a negociação no lugar da solução por meio da guerra. Nesse sentido, ganharam força órgãos como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que tem como foco a solução de conflitos militares a partir da negociação entre as partes envolvidas. Porém, com as alterações vistas no pós-Guerra Fria e globalização vivenciada, abre-se espaço para a expansão e consolidação de organizações de caráter regional, como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que tinha – e tem – como responsabilidade manter a segurança de uma área específica do globo: os territórios dos Estados Unidos, Europa e do Atlântico Norte. (HERZ; HOFFMANN, 2004)

#### 4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN)

Com a crescente ameaça que o socialismo soviético representava no fim da Segunda Guerra Mundial, a criação de um mecanismo de defesa do Ocidente, do capitalismo



e da sua área de influência passou a ser vital. A nova ordem bipolar, dominada por Estados Unidos e União Soviética, foi a responsável pelo surgimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949 com o objetivo de frear a expansão da ideologia socialista soviética no território europeu devastado pelas Guerras Mundiais e fortemente protegido pelos Estados Unidos.

Seu exército é reunido de acordo com as necessidades elencadas e pode ser direcionado e formatado conforme a organização julga ser mais efetivo, podendo ter sob seu comando o maior exército do mundo. Essa organização é o símbolo de um exército muito bem configurado e forte, capaz de destoar atos de diversas naturezas que surjam no sistema internacional, tanto do ponto de vista militar quanto civil. Sua capacidade provém de todos os recursos, sejam eles militares, civis, tecnológicos, informacionais ou conhecimentos obtidos, que seus países-membros e aliados disponibilizem à estrutura da organização e a seus objetivos conjuntamente alinhados no âmbito da mesma. A OTAN é, antes de tudo, a força do Ocidente contra suas ameaças, e quanto mais intensas forem, mais intensa será a resposta da organização.

A OTAN apresenta princípios pré-definidos para sua atuação, como todas as outras OIs. O principal deles diz respeito à cooperação e ao engajamento dos membros nos compromissos assumidos e a necessidade de fazer valer sua existência por meio do combate sério às ameaças à segurança de seus membros coletivamente. Seu ponto de partida é sempre pensar no grupo e na defesa coletiva. (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, 2016a)

Porém, seu propósito inicial já não se aplica as novas formatações do sistema internacional. A maior preocupação em matéria de segurança internacional passa a ser outra, com o fim da Guerra Fria e o desmembramento da antiga União Soviética. Seus membros entendem essa nova fase e a necessidade de adaptação, assim, o objetivo da organização no cenário da nova ordem mundial multipolar é a estabilidade e segurança do sistema internacional, principalmente nos territórios europeu e americano.

Como consequência, a organização buscou adaptar-se e absorver as mudanças com as quais se deparou.

Em Istambul, a OTAN consolidou as linhas gerais de ação para o início do século XXI: a defesa e a segurança dos Estados-membros; a defesa de valores comuns como democracia e direitos humanos; o combate ao terrorismo internacional e à proliferação de armas de destruição em massa; a continuidade da aproximação com a Rússia e com a Ucrânia; o desenvolvimento e aprofundamento da cooperação com os demais países sócios, no âmbito da Parceria para a Paz e o Diálogo Mediterrâneo,

e com outros que venham a contribuir para a segurança dos Estados membros e da sociedade internacional; por fim, a atuação eficaz na gestão de crise evitando que o conflito ameace a estabilidade geral. (COSTA, 2006, p. 149)

Nesse mesmo sentido, a OTAN percebeu que sua nova missão era proteger seus membros contra ameaças externas a seus territórios e que assumiam diversos perfis. Assim, com vista nas crescentes ameaças contra a segurança internacional que não conhecem fronteiras, que são capazes de desenvolver operações em diversos locais do globo e com diferentes armamentos, a

OTAN desenvolveu uma rede global de parceiros para a segurança que inclui mais de 40 países de todo o globo, assim como organizações internacionais incluindo a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a União Africana. (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, 2016a, tradução nossa)

Não somente superficialmente, mas em todos os seus movimentos a OTAN está pensando estrategicamente e buscando a integração para a obtenção da defesa coletiva das áreas em que se comprometeu a atuar em todos os sentidos. Dessa maneira, parte de seus programas e projetos está direta ou indiretamente ligada ao combate ao terrorismo, respondendo a esse fenômeno em diferentes frentes. Uma das mais importantes ferramentas aplicadas para a atualização das estratégias da OTAN em suas lutas e discursos e para obter essa tão necessária adaptação e legitimidade no sistema internacional, são seus Conceitos Estratégicos, que evoluíram a cada nova versão, desde de seu primeiro texto entre 1949 e 1950, sendo o último publicado em 2010. Costa (2006, p. 143) explica que “[o] Conceito Estratégico é uma declaração dos propósitos e tarefas da OTAN, definindo as grandes diretrizes político-militares para o alcance de seus objetivos”. Ainda, Costa (2006) mostra que, historicamente, os Conceitos Estratégicos da OTAN tiveram foco em assuntos como defesa contra a ex-URSS com represália maciça, por meio do diálogo e controle de armas; riscos de enfrentamentos étnicos e de violação de direitos humanos; a cooperação e o diálogo e, por fim, terrorismo e armas de destruição em massa.

O Conceito Estratégico da OTAN que primeiramente definiu terrorismo como uma ameaça foi aquele escrito em 1999. Além desse tema, o Conceito Estratégico, segundo Costa (2006) ainda tratou de questões mais amplas do que se havia tratado até então, já que englobou assuntos como aumento de riscos de conflitos étnicos, violação de direitos humanos, associação, cooperação, formação de uma identidade europeia, proliferação de armas de destruição em massa, entre outros temas político-econômicos. Entretanto, não somente os

Conceitos Estratégicos direcionam o trabalho da OTAN no âmbito internacional e tampouco na luta contra o terrorismo.

#### 4.3 PARTICIPAÇÃO DA OTAN NA LUTA CONTRA O TERRORISMO

As organizações internacionais são mais do que meras instituições para cooperação internacional, mas que oferecem aos Estados e indivíduos uma forma alternativa de solução de conflitos, no qual mais visões podem ser expostas e melhores soluções podem ser encontradas. Nesse cenário, as OIs, em especial aquelas com foco no sistema de segurança internacional, são capazes de desenvolver estratégias de trabalho e legitimar ações que ultrapassam os limites previamente disponíveis aos Estados.

Nota-se também que a participação da OTAN na luta contra o terrorismo internacional é complexa e perpassa por diferentes esferas do conhecimento e das relações internacionais, desde de assuntos de ordem técnica até particularidades da área política. Com o fim de facilitar a visualização das ações da OTAN e a leitura conjunta de sua participação na luta contra o terrorismo internacional, foi elaborado o quadro resumo abaixo.

Quadro 1 - Resumo da participação da OTAN na luta contra o terrorismo

Continua

<b>Documento/Ação</b>	<b>Início</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Estrutura</b>	<b>Relação com o terrorismo</b>
Guia de Política Global	2006	Estabelece a estrutura e as prioridades da organização, suas capacidades, planos de ação e inteligência para a próxima década. Contém previsões de cenário.	Dividido em quatro partes: contexto estratégico; implicações das previsões para a organização; guia das capacidades que serão necessárias à organização no período em questão e princípios para o mecanismo de gestão.	Elenca o terrorismo como a ameaça mais importante do período. A reação pode ser desenvolvida pela OTAN em qualquer lugar do mundo, com agilidade, flexibilidade e adequada às novas dinâmicas.
Plano de Ação de Abordagem Geral	2001	Atuar a nível global em totalidade, paralelamente nos âmbitos civil e militar, com cada instituição atuando de acordo com suas capacidades.	Quatro áreas-chave: planejamento e condução de operações; lições aprendidas, treinamentos, educação e exercícios; cooperação com atores externos e comunicação estratégica.	Compartilhamento de informações, trabalhos e decisões conjuntas facilitam a detecção e resposta às ameaças.
Conceito Estratégico	2010	Agrupar os aspectos fundamentais da estratégia	Baseia-se em três pilares: defesa coletiva, gestão de	Pontuam o terrorismo como ameaça à

		de segurança da OTAN para a década.	crises e segurança cooperativa. Trata também da solidariedade entre os membros, importância da consulta transatlântica e a necessidade de um processo contínuo de reformas.	segurança, junto com armas de destruição em massa e ataques cibernéticos.
Diretrizes de Política da OTAN na Luta Contra o Terrorismo	2012	Aumentar sua capacidade de luta contra o terrorismo internacional, melhorar sua visão da ameaça e conquistar maior engajamento dos membros nesse processo.	Expõem três princípios: atuar de acordo com as normas internacionais, apoiar os aliados, atuar sem duplicidade e complementariedade. Delimitam três áreas-chave: consciência, capacidade, engajamento.	O documento tem foco em desenvolver bases específicas para a luta contra o terrorismo.
MC-DAT	2014	Meio para pôr em prática as Diretrizes de Política da OTAN na Luta Contra o Terrorismo.	Expõem três princípios: atuar de acordo com as normas internacionais, apoiar os aliados, atuar sem duplicidade e complementariedade. Delimitam três áreas-chave: consciência, capacidade e engajamento e buscam atuar de maneira específica em cada uma delas.	Oferece definições de terrorismo e contraterrorismo e maneiras práticas para atuação contra o terrorismo.
DAT POW	2004	Proteção dos cidadãos, territórios, tropas e estruturas dos países-membros e diminuir a recorrência de outros problemas, como ataques à infraestrutura crítica. Desenvolver tecnologias avançadas e medidas para agir nos cenários mais críticos nesse tema, considerando também a atuação contra grupos insurgentes.	Focado em soluções tecnológicas e melhorar a interoperabilidade, com operações lideradas por um ou alguns países e apoiado pelos outros. Dividido em três pontos principais: gestão de incidentes, força de proteção e capacidade de sobrevivência, engajamento das redes.	Sua estratégia é pensada especialmente para a luta contra o terrorismo.
Programas de cooperação	Aprox. 1997	Aumentar a conexão e interoperabilidade da organização e seus membros e parceiros, tanto países quanto OIs.	Focado em consultas, compartilhamento de informações e cooperação prática em algumas áreas.	A união dos membros possibilita o aumento das capacidades de todos eles nessa luta.
COEs	Aprox. 2005	Oferecer treinamentos e disseminar informações para tropas e especialistas de membros e parceiros.	São 24 COEs creditados pela OTAN, cada um liderado por um ou alguns países-membros e apoiado pelos outros e desenvolvem exercícios em áreas específicas do conhecimento.	Possibilitam maior especialidade e preparação dos envolvidos na luta contra o terrorismo.
Preparação civil		Capacitar civis para atuação	Atua em sete setores	Possibilita à OTAN ter

Programa Construindo Integridade	2007	nas lutas da OTAN e ser capaz de receber apoio em tempos de guerra e paz.  Promover nas estruturas nacionais dos países-membros e parceiros a estabilização da transparência e responsabilidade com relação a seus procedimentos com respeito às normas internacionais e as práticas para segurança, para evitar a corrupção nos temas de segurança.	estratégicos: governo, água e alimento, energia, população, mortes em massa, comunicação civil e transporte.  O programa desenvolve atividades aliando equipe de trabalho civil da OTAN, seu corpo de trabalho militar, outros programas, países-parceiros e organizações no trabalho desenvolvido, contando com um conjunto de ferramentas pré-delimitadas.	uma base de apoio civil para suas operações e dificulta a conquista de espaço pelos insurgentes.  Possibilita o fortalecimento das estruturas formais do Estado e aumento de poder deste, assim dificulta o ganho de força das organizações insurgentes.
Comitê do Plano Emergencial Civil	1950	O comitê trabalha em diversas áreas para conquistar maior apoio civil para as operações militares da OTAN e para os governos em emergências civis.	Trabalha com setores públicos e privados dando suporte para treinamentos, com conhecimento especializado e compartilhamento de melhores práticas na área de segurança e as consequências para os civis.	Envolve militares, civis e atores da área política, logo formam um grupo mais coeso e completo de trabalho, o que dificulta a ação dos insurgentes.
Controle de armas, Desarmamento e Não-Proliferação		Reduzir as armas disponíveis no sistema internacional.	Trabalha contra a disseminação e utilização de armamentos.	Possibilita a diminuição de armas de todas as suas formas à disposição dos grupos.
Cibersegurança		Busca proteger os sistemas virtuais dela e de seus membros.	Oferece treinamentos, avaliações e exercícios sobre o tema.	Diminuição do ciberterrorismo.
Aparato Militar	Aprox. 2002	Desenvolver as operações militares da OTAN.	Instituições hierárquicas e organizadas que formam a Estrutura de Comando da OTAN.	Operações militares diminuem a força de ação dos insurgentes.
Missões		Responder efetivamente às ameaças.	Por meio de exercícios liderados pela OTAN e apoiado por aliados e parceiros.	A atuação prática da OTAN dificulta a atuação dos insurgentes em todos os âmbitos.

FONTE: O autor (2016)

## **5 PARTICIPAÇÃO DA OTAN NA LUTA CONTRA O TERRORISMO À LUZ DA TEORIA: DEBATES E HIPÓTESES**

### **5.1 PARTICIPAÇÃO DA OTAN SOB A LUZ DAS TEORIAS DE REAÇÃO: CONTRATERRORISMO OU CONTRAINSURGÊNCIA?**

Para ser possível discutir a participação da OTAN na luta contra o terrorismo, antes é necessário observar qual é a teoria base que gera e guia essas ações ou, ao menos, as explica. Quando analisa-se essa atuação frente às duas teorias principais de luta, contraterrorismo e contrainsurgência, é preciso levar em consideração alguns pontos-chave para ser possível delimitar uma e outra. É necessário observar qual é o foco de resposta da OTAN: as motivações dos grupos insurgentes ou seus atos e consequências? Quais são os métodos da OTAN: estritamente militares ou contam com a abordagem civil? A organização entende a estrutura, funcionamento, financiamento do grupo insurgente? A OTAN percebe a maneira como a organização difunde suas crenças e valores e recruta membros? Significa dizer que se a organização entende e desenvolve estratégias específicas para o inimigo que visa combater, observando os pontos acima elencados, ela está desenvolvendo uma estratégia de COIN, caso contrário, está atuando estritamente pelo meio militar por meio de uma estratégia de CT.

No caso de estudo, a abrangência de atores civis no processo de segurança da zona Euro-Atlântica, os processos de cooperação, a busca por compartilhamento de inteligência e as operações militares desenvolvidas em paralelo significam o entendimento da OTAN sobre as diversas esferas que um conflito armado dos novos moldes pode alcançar e a necessidade de obter-se entendimento geral para ter sucesso nessa luta. Essa visão e estratégia de COIN aplicada pela OTAN se torna pública no seu método de trabalho de Abordagem Global, que está desenhada para conter as atividades dos grupos insurgentes – tidos como terroristas – em todas áreas que eles influenciam ou sofrem influência de alguma forma. Suas atividades de treinamento e os Centros de Excelência são bons exemplos de como a OTAN busca aproximar os civis e militares na direção de um objetivo comum. Assim como esses dois projetos, os trabalhos de preparação civil que a OTAN lidera é um importante fator dessa estratégia geral e complexa da organização para responder em todas as frentes e obter a maior capacidade possível em todas elas.

Além disso, o pensamento estratégico é fundamental para a organização obter mais assertividade nas suas operações militares e inclusive em seus projetos de melhoria

interna, já que a visão de futuro possibilita à organização conhecer quais áreas serão fundamentais e quais podem perder importância. Nos âmbitos tático e operacional, a visão estratégica da OTAN pode ser sublinhada nos seus esforços para alavancar o compartilhamento de informações e inteligência dentro da organização e, de certa forma, com seus países-parceiros e na busca por desenvolver grupos de operações especiais.

Essas duas ferramentas possibilitam à OTAN estar mais próxima daquilo que objetiva combater, porque passa a atuar da mesma maneira que o inimigo. Outros pontos positivos são, por exemplo, a questão levantada por Long (2014) de que os SOF são menores e mais especializados do que o exército convencional, logo mais econômicos e operacionais, assim, podem ser parte fundamental da estrutura militar convencional, mais ainda com o correto compartilhamento de inteligência. Os SOF podem ser a única força aplicável em muitas missões da OTAN (LONG, 2014) e ela, ao menos em teoria, explica que está buscando desenvolvê-los.

Entretanto, nesse debate podem ser levantados questionamentos mais profundos, como por exemplo em relação ao custo desse processo para a OTAN unificar seu exército e criar SOFs bem estruturados, levando em conta a quantidade de informações que esses grupos teriam acesso? Essa transformação provavelmente exigiria da OTAN alto compartilhamento de informação, certa perda de controle de suas operações além de custos financeiros. Isso seria positivo para a OTAN, ou colocaria em risco a segurança do território do Atlântico-Norte? Existe grande chance de essa mudança gerar melhorias para a estratégia da OTAN.. Ou ainda, até que ponto essa estratégia complexa e profunda de COIN com SOFs especializados pode gerar baixa operacionalidade, tendo em vista que ela abarcaria diferentes frentes de ação que estão correlacionadas? A baixa operabilidade é possível, mas provavelmente com pequenas chances.

## 5.2 PARTICIPAÇÃO DA OTAN SOB A LUZ DA TEORIA DE MACROSSECURITIZAÇÃO

A OTAN, grande OI para segurança da área Euro-Atlântica, se apresenta no sistema internacional com características muito peculiares, devido a todas as suas especificidades e perfil próprio de trabalho. Frente ao terrorismo e às variáveis que ele envolve, pode-se observar um processo de defesa especialmente desenhado e articulado, que foge aos padrões de exercícios desenvolvidos previamente. Assim, pode-se entender o

processo de defesa dos membros da OTAN contra a ameaça terrorista como um sistema securitizado aos moldes de Buzan e Waver, previamente exposto na monografia.

Esse processo se dá a partir da identificação do terrorismo como a ameaça à sobrevivência do agente securitizador, a OTAN e seus membros do Ocidente. O intenso apoio civil percebido nesse processo, que se dá em função do discurso amplamente difundido a nível mundial, fornece a aceitabilidade necessária para levar a diante a estratégia desenvolvida.

Essa esfera de securitização pode ser observada na OTAN, primeiramente, quando ela assume um papel de participação ativa nas esferas civil e militar globais. A partir desse ponto, a organização passa a desenvolver importantes trabalhos nos sistemas de cooperação entre membros e não-membros e liderar, ou ao menos supervisionar, exercícios de treino e educação militar para os envolvidos na defesa dos territórios sob sua responsabilidade. Nesse foco está, por exemplo, o programa Parceria para a Paz, que viabiliza a aproximação da OTAN a países importantes em outras regiões do globo e cria espaço para maior compartilhamento de inteligência, troca de experiências e acesso a informações sensíveis das estruturas nacionais envolvidas.

Desta forma, quando a OTAN passa a atuar nas áreas civil e militar paralela e interconectadamente, ela faz valer a ideia de defender-se da ameaça do terrorismo da maneira que for necessária. Sua firme atuação nos processos de cooperação e diálogo internacional com aliados e não-membros, liderança em operações militares tanto de proteção, como são os casos das operações Eagle Assist e Active Endeavour, quanto de resposta, como nos casos de Líbia e Afeganistão, sinalizam o processo de securitização desenvolvido. Ainda pode-se notar essa forma de atuação por meio das operações desenvolvidas no campo virtual, tanto de conscientização e educação quanto de defesa de suas redes e das de seus membros.

Entretanto, esse processo atinge níveis mais complexos e pode ser entendido mais assertivamente como um processo de macrossecuritização, o qual envolve grupos de apoio, estruturas nacionais e internacionais em prol de um único fim. Essa abordagem pode ser positiva, quando entende-se que é uma ameaça que foge aos padrões e a organização precisa aprender a lidar com ela, ou negativa, quando a securitização acaba extrapolando limites aceitos na comunidade internacional devido a interesses particulares intrínsecos à ameaça.

Desta maneira, pode-se questionar: a estrutura de trabalho macrossecuritizada da OTAN é positiva ou negativa para o sistema global de segurança? E para os sistemas regionais? Ela pode ser positiva para alguns e negativa para outros. Seu discurso é realmente válido, quando pensa-se nas características dos atores envolvidos? Pode-se dizer que em



partes. Até que ponto a busca por segurança virtual, seja ela desenvolvida no âmbito da OTAN, seja nos sistemas nacionais de seus membros, extrapola limites e passa a ser invasiva? Questões de soberania precisam ser levadas em conta nesse debate e a chance de essa abordagem causar problemas é grande. Esse processo não causa ainda mais insegurança no sistema internacional? Possivelmente não.

### 5.3 PARTICIPAÇÃO DA OTAN SOB A LUZ DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

A OTAN, então, aplica sua metodologia de trabalho revisada, que consiste na abordagem global para resolução de conflitos, ou seja, a unificação das forças de trabalho da organização e seus parceiros, sejam eles países ou OIs, em prol de interesses particulares. Esse movimento é extremamente adaptativo e visa a manutenção de seu posicionamento geopolítico a nível mundial. Conforme desenvolve habilidades na área de inteligência, tecnologia, aparato militar e apoio civil preparado, a OTAN obtém maiores ganhos em suas lutas, já que passa a ter acesso a informações e detalhes operacionais e estratégicos que os países não têm individualmente e consegue dados desse tipo tanto de países aliados quanto não-membros, o que a permite forte contato com amigos e inimigos.

Esta necessidade de atuação generalizada e a busca por desenvolver estratégias e habilidades tão completas quanto possível gera à OTAN a capacidade de se estabelecer geopoliticamente em posição avançada frente aos outros órgãos internacionais. Esse cenário só é possível devido a intensa atividade de compartilhamento de informação e integração dos exércitos nacionais que acontece no âmbito da OTAN sob seu controle. Dessa maneira, países que estão fora do âmbito que a OTAN se comprometeu em proteger e que de alguma forma têm capacidade de disponibilizar recursos ou apoio importantes para a OTAN e seus membros têm o risco de serem prejudicados por essa dinâmica, já que se tornam vulneráveis e têm chance de sofrerem interferência significativa nas suas estruturas e estratégia nacional, além de poderem ter seu sistema de governo e suas políticas internas afetadas consideravelmente.

Considerando que a OTAN sofre intensa influência dos Estados Unidos, devido a seu peso tanto no sistema regional quanto global, é possível entender que muitas das ações empreendidas pela organização vão ao encontro das vontades estadunidenses no sistema de segurança internacional. Desta forma, os não-aliados sofrem maior pressão por parte dessa organização e convivem com maiores perigos no sistema internacional. A OTAN, implicitamente, pode ser entendida como uma extensão do poder dos Estados Unidos a nível

global, tendo em vista a maneira como ela desenha sua metodologia de trabalho com foco em proteger o que é interessante ao Ocidente e pode derrubar governos e estruturas formais que não são alinhados com seus ideais.

Ainda, com base nesse método, pode-se concluir que a proximidade desenvolvida em regiões como o Oriente Médio se dá com líderes dos subcomplexos, o que viabiliza maior contato com os conflitos locais e maior capacidade de manipulação dos cenários que interessam à organização. Como grande exército global, grande parte da estrutura militar a disposição da OTAN é estadunidense e, portanto, é esse país que detém maior poder. Os Estados Unidos aparecem nessa posição também devido a grande dependência que os outros territórios – principalmente a Europa – têm de seus órgãos militares e exército para sua defesa, fator que vai ao encontro da estratégia da própria Europa frente ao complexo regional do Oriente Médio: manter a paz e estabilidade próximo a suas fronteiras.

Portanto, podem surgir dúvidas frente a essa abordagem, por exemplo, quanto ao peso dos Estados Unidos na organização. É positiva para a organização essa interferência, considerando-se que a OTAN tem personalidade jurídica própria e funciona para defender também territórios europeus? Em grande parte essa interferência pode ser negativa. De que forma, para os países, regionalmente, esse risco iminente de sofrer uma interferência influencia seu apoio ou não às missões da OTAN? Possivelmente sim. E quanto a alcançar o objetivo de dissuadir esses grupos verdadeiramente, essa interferência excessiva é positiva? Provavelmente não.

#### 5.4 PARTICIPAÇÃO DA OTAN FRENTE ÀS DELIMITAÇÕES SEMÂNTICAS

Primeiramente, nesse cenário, é importante entender que os termos “grupos terroristas” e “terrorismo” não são delimitados e perfeitamente definidos nas esferas políticas mundiais e grande partes das vezes são mal aplicados, principalmente porque são amplamente utilizados. Ambas as expressões são, em partes, utilizadas com significativa parcialidade por parte dos líderes mundiais, que determinam atos ou grupos “terroristas” com base em interesses geopolíticos e econômicos. Uma maneira de encarar esses grupos, que mais vai ao encontro da realidade deles, é a definição de grupos insurgentes, que emergem da sociedade civil com objetivos políticos e sociais e aplicam técnicas de guerra subversiva, entendidas nas definições de guerra de guerrilha e, inclusive, técnicas de terrorismo, para obter sucesso em suas lutas, conforme exposto no início da monografia. Tendo esse conceito revisado como

base para análise das ações da OTAN, consegue-se uma visão diferenciada e mais profunda sobre a participação dela nessa arena.

Além disso, é preciso notar que a organização tampouco se mostra extremamente interessada em esclarecer esses termos, construir um significado cercado em limites visíveis e determinar atitudes e grupos que estariam dentro ou fora dessa esfera. Apesar de afirmarem em um de seus documentos o que entendem como terrorismo e contraterrorismo, ambos os termos deixam espaços em aberto para interpretações e reações diferentes dependendo da situação em que serão analisados, fator que corrobora para a aplicação de técnicas de diversas naturezas nos processos de defesa.

Desta forma pode-se dizer que determinado grupo ou ataque é terrorista se assim se mostrar interessante para quem o julga, bem como operações contraterroristas podem ser assim entendidas quando se mostrar necessário para os objetivos da organização. Da mesma maneira, conforme explica Saint-Pierre (2015) a indefinição e falta de sentido também é vista em outras OIs e estruturas Estatais, fazendo valer a ideia de que terrorismo para a academia não tem o mesmo sentido que o terrorismo do discurso.

Nesse sentido, a falta de precisão para concretizar o significado dos termos, gera importantes consequências para a geopolítica mundial. A aplicação de ações de contraterrorismo por OIs e Estados pode servir a interesses particulares destes e prejudicar posicionamentos contrários, da mesma forma que, em situações específicas, ações do grupo de contrainsurgência poderiam ser mais bem aplicadas. Assim, países não alinhados com o Ocidente e suas políticas defendidas pela OTAN podem ser expostos ao sistema mundial como “Estados terroristas” ou “Estados que financiam e apoiam o terrorismo”, como grupos rebeldes e insurgentes de países alinhados são tidos como “grupos terroristas” e a atuação de outros países é explicada como a “luta contra o terror” e a “defesa das liberdades da população”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, pode-se questionar: quais os interesses da OTAN nesses vácuos de definição? Provavelmente aplicar à sua estratégia a flexibilidade de atuação que essa situação proporciona. São eles da organização ou dos Estados Unidos, visto que sua interferência é significativa nos processos da OTAN? Possivelmente da OTAN, mas os Estados Unidos têm um peso significativo nesse processo. Essa falta de delimitação favorece a efetividade das ações empreendidas em favor da dissuasão desses grupos, sendo esse o objetivo principal? Possivelmente não.

## 5.5 PARTICIPAÇÃO DA OTAN: TEMA DE LEGITIMIDADE

A atuação da OTAN no sistema global de segurança foi pensada, desde o início, para ser realizada nos territórios pertencentes ao Atlântico-Norte em prol da defesa destes frente às suas ameaças, principalmente externas. Entretanto, como explicado em todo o decorrer da monografia seus desafios mudaram e a ação efetiva da OTAN passou a existir em outros temas. Nesse sentido, surgem importantes questionamentos quanto a legitimidade da OTAN para atuação fora de sua esfera de responsabilidade. É importante entender, para definir-se uma postura sobre o tema, as fronteiras da organização para esses formatos de iniciativa. Talvez, a intervenção da OTAN em países não-membros e sistemas externos possa ser uma construção que extrapola os limites, como no caso do Afeganistão, que tem a presença da OTAN em seu território por anos. Até que ponto essa presença é positiva para o país e sua construção nacional?

Observando-se esse fenômeno por outro ponto de vista, é possível perceber tal interferência realizada com o aval da ONU, em algumas situações, o que pode conferir à organização a legitimidade que necessita para atuar. Entretanto, quando sua tomada de decisão desconsidera essas outras fontes de legitimação, seja o aval da ONU, de outra OI ou da população civil, a OTAN pode estar, outra vez, extrapolando seus limites previamente acordados. O que pode haver, ainda, é uma aparência de legitimidade, um discurso muito bem formatado para acusar essa autorização, que não existe em totalidade. Essa forma de participação da OTAN pode ser visto no caso da intervenção na Líbia, no qual o discurso era embasado na proteção de civis e foi feita por meio de um mandato da ONU, mas que foi encerrada com a morte de Qadhafi: isso significa missão cumprida? (COSTA, 2015)

Outras fontes de discussão nesse sentido podem ser: a utilização da OTAN pode ser legitimadora das ações de Estados, como pode ser observada a relação dos Estados Unidos e da OTAN? No sistema internacional, pode ser. Essa legitimidade é positiva? Dependendo da situação, pode ser. O próprio fim pode ser o legitimador das ações da organização, como explica a teoria de macrosseguritização? Pode ser visto dessa forma. Isso pode ocorrer devido a força que a OTAN tem no sistema internacional e o forte apoio que recebe da população civil e carrega no seu discurso, além daquela intrínseca nos seus documentos e metodologias de trabalho previamente aceitas no âmbito de segurança internacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Durante o decorrer da monografia, especialmente no capítulo dedicado à análise e correlação da participação da OTAN na luta contra o terrorismo e as teorias previamente expostas, foi possível obter entendimento a respeito das dinâmicas de segurança no cenário pós-Guerra Fria e, mais ainda, como a OTAN participa dessa esfera de poder e negociação. Principalmente com foco no terrorismo, a monografia pôde explicar como a OTAN trabalha e quais as ferramentas e procedimentos utiliza para atingir seus objetivos estratégicos, operacionais e táticos. Portanto, a pesquisa apresentou uma, de tantas as possíveis, análise da participação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001.

Para atingir tal objetivo, a monografia buscou explicar cada uma das mais importantes variáveis envolvidas, o cenário em que o sistema de segurança se desenvolve e a sua principal ameaça, o terrorismo, atingindo assim o primeiro objetivo específico, o qual buscou descrever as principais dinâmicas globais de segurança e as características do terrorismo internacional. Nos capítulos dois e três é possível encontrar uma visão bastante ampla e variada das teorias que perpassam esses temas, com a descrição das principais dinâmicas, os envolvidos, como estão correlacionados e quais são suas estratégias mais visíveis, bem como pode-se visualizar como o terrorismo é definido, quais as características de cada grupo e como podem transformarem-se ao longo do tempo em função de sua forma de trabalho.

No mesmo sentido, a monografia ainda apresentou uma abordagem da organização foco na pesquisa, a OTAN. Dessa maneira, o capítulo quatro fornece detalhes sobre a estrutura básica da OTAN, como algumas de suas características e procedimentos mudaram conforme o cenário no qual atua também mudou e, principalmente, expôs a dita vontade da organização em se manter útil mesmo após o fim da Guerra Fria e a necessidade de proteção contra a ameaça soviética. Nesse capítulo ainda é possível identificar de que maneira a organização se mostra disposta a evoluir, e, portanto foi atingido o segundo objetivo específico, que se preocupou em apresentar a evolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com foco na sua mudança estratégica pós-Guerra Fria.

No capítulo quatro também fica visível nos seus subtópicos o método de trabalho adotado pela OTAN na busca por mitigar os efeitos dos grupos insurgentes – aceitos como terroristas no sistema político internacional – sobre o sistema de segurança global. Nesses espaços foram identificadas as principais ações da OTAN para alcançar seus objetivos nesse

tema, especialmente para a defesa do território Euro-Atlântico e seus respectivos países e atividades, assim atingiu-se o terceiro objetivo específico que era o de identificar as ações da OTAN na luta contra o terrorismo internacional após os atentados de 11 de Setembro de 2001.

O quinto capítulo traz hipóteses e questionamentos embasados na correlação proposta entre as teorias previamente apresentadas e a participação da OTAN na luta contra o terrorismo comprovada empiricamente. Nesse item da monografia, apresentam-se os parâmetros elencados inicialmente, que serviram de guia para o levantamento das discussões e algumas das correlações possíveis de serem feitas entre os temas expostos, assim, pôde-se cumprir o quarto e último objetivo específico, que era levantar hipóteses e questionamentos articulando teorias e constatações empíricas.

Por fim, é importante salientar que não existe abundante bibliografia sobre o tema abordado, especialmente quando busca-se investigações com metodologia semelhante, ou seja, que tem como foco entender as ações e reações da OTAN frente ao terrorismo. Entretanto, fontes sobre os assuntos envolvidos nessa esfera de maneira variada podem ser encontradas facilmente. O tema da segurança internacional se mostra ainda muito importante para a estabilidade do sistema internacional e entender seus métodos de trabalho é fundamental para realizar observações bem fundamentadas desse cenário. Assim, a investigação profunda do tema da monografia e outros relacionados é bastante significativa para a comunidade acadêmica e para o sistema internacional.

**Abstract:** The general objective of this study is to analyze the North Atlantic Treaty Organization (NATO) participation in the fight against terrorism after the September, 11<sup>th</sup> attacks, based on its identity of international organization for security which adapted itself to the new challenges of the international system. The specific objectives are: 1) describing the main global security dynamics and the characteristics of the international terrorism; 2) presenting the evolution of the North Atlantic Treaty Organization, with focus on its strategic change Post-Cold War; 3) identifying the NATO actions on the fight against international terrorism after the September, 11<sup>th</sup> attacks and; 4) rise assumptions and questions linking theories and empirical findings. The methodology adopted is the comparison of theories previously developed with NATO actions. The monograph is organized in six chapters: the first one is the introduction; the second chapter contains the explanation about the characteristics of the security system; the third one traces terrorism theme research lines; the fourth brings the OIs characteristics and the empirical findings of NATO participation on the international system; the fifth endeavors to raise assumptions and questions that were proposed and; finally, the sixth chapter brings the final considerations. Overall NATO operates in the fight against international terrorism in complex and strategically designed way. Its impacts are given in civil and military areas in real and virtual environments and allied and non-member countries.

Key-words: international security, terrorism, NATO.

## REFERÊNCIAS

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. The advent of netwar (Revisited). In. **Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy**. Santa Monica: RAND Corporation, 2001.

BOUSQUET, Antoine. Chaoplexic warfare or the future of military organization. **Cambridge Review of International Affairs**. V. 84, n. 5, p. 915–929, 2008.

BOUSQUET, Antoine; CURTIS, Simon. Beyond models and metaphors: complexity theory, systems thinking and international relations. **Cambridge Review of International Affairs**. V. 24, n. 1, p. 43-62, mar. 2011.

BOYER, Yves. Conceito de “Transformação Militar” e as Forças Armadas Europeias. In. VALLADÃO, Alfredo et al. (Org). **Segurança Internacional: políticas públicas e cooperação bi-regional; um diálogo entre Europa - América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2005. p. 63-71.

BRASIL. **DECRETO Nº 2.739, DE 20 DE AGOSTO DE 1998**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2739.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2739.htm)> Acesso em 29 maio 2016.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory. **Review of International Studies**. V. 35, p. 253-276, 2009.

\_\_\_\_\_. **Regions and Powers: The structure of International Security**. New York: Cambridge University Press, 2003.

COSTA, Rogério Santos. As Organizações Internacionais na História das Relações Internacionais: entre a Governança Global e as Estratégias dos Estados Nacionais. **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 182-203, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p182/30301>> Acesso em 05 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): Histórico, Características, Objetivos, Funcionamento e Influência na Segurança Coletiva. **Relações Internacionais em Revista**. Curitiba, n. 6, p. 129 – 151, 2006. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/235/209>> Acesso em 05 jun. 2016.

ESTADOS UNIDOS. **Counterinsurgency**. 2006. Disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac2/Repository/Materials/COIN-FM3-24.pdf>> Acesso em 22 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Counterinsurgency Guide**. 2009. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/119629.pdf>> Acesso em 07 jun. 2016.



\_\_\_\_\_. **Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms.** 2010. Disponível em: <[http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp1\\_02.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf)> Acesso em 22 maio 2016.

GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice.** New York: Frederick A. Praeger, Inc. 1964.

GERGES, Fawas A. **The rise and fall of Al-Qaeda.** Nova York: Oxford University Press, Inc. 2001.

HERZ, Monica.; HOFFMANN, Andreia. **Organizações Internacionais: histórias e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOMER-DIXON, Thomas. The Rise of Complex Terrorism. **Foreign Policy.** V. 128, p. 52-62, 2002.

HOWARD, Russell D. Understanding Al Qaeda's Application of the New Terrorism – The Key to Victory in the Current Campaign. In HOWARD, Russell D.; SAWYER, Reid L. **Terrorism and Counterterrorism: Understanding the New Security Environment, Readings and Interpretations.** 2 Ed. Dubuque: McGraw-Hill, p. 75-85, 2003.

KAMMEL, Arnold; ZYLA, Benjamin. Looking for a “Belin-Plus in Reverse”? NATO in Search of a New Strategic Concept. **Orbis**, inverno de 2011.

LAWRENCE, Robert Z. International Organisations: The Challenge of Aligning Mission, Means and Legitimacy. **The world economy.** Disponível em: <<https://www.hks.harvard.edu/fs/rlawrence/International20Organizations.WorldEconomy.pdf>> Acesso em 08 jun. 2016.

LONG, Austin. NATO Special Operations: Promise and Problem. **Orbis.** P. 540-551, inverno 2014.

MAKARENKO, Tamara. The Crime–Terror Continuum: Tracing the Interplay between Transnational Organised Crime and Terrorism. **Global Crime.** V. 6, n. 1, p. 129-145, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.iracm.com/wp-content/uploads/2013/01/makarenko-global-crime-5399.pdf>> Acesso em: 22 maio 2016.

MARKS, Tom. Insurgency in a Time of Terrorism. **Desafíos.** Bogotá, v. 12, p. 10-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3596/359633157002.pdf>>. Acesso em 22 maio 2016.

NETO, Ibrahim Abdul. **Armas de destruição massiva no século XXI: novas regras para um velho jogo – o paradigma da Iniciativa de Segurança contra a Proliferação.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Gente, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Joint Declaration on UN/NATO Secretariat Cooperation.**

Disponível em: <<http://streitcouncil.org/uploads/PDF/UN-NATO%20Joint%20Declaration.pdf>> Acesso em 03 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **10 Things You Need To Know About Nato.** 2016a. Disponível em: <<http://www.nato.int/cps/en/natohq/126169.htm>> Acesso em 08 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Allied Command Operations (ACO).** 2014a. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_52091.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52091.htm)> acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Allied Command Transformation.** 2014b. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_52092.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52092.htm)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Arms control, disarmament and non-proliferation in NATO.** 2016b. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_48895.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48895.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Building integrity.** 2016c. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_68368.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_68368.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Centres of Excellence.** 2016d. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_68372.htm?selectedLocale=en#](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_68372.htm?selectedLocale=en#)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Civil Emergency Planning Committee (CEPC).** 2011. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50093.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50093.htm)> Acesso em 28 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Civil Preparedness.** 2016e. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_49158.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49158.htm)> Acesso em 28 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Collective defence - Article 5.** 2016f. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_110496.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_110496.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 06 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comprehensive Approach.** 2016g. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_51633.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_51633.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comprehensive Political Guidance.** 2009. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_56425.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_56425.htm)> Acesso em 28 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cyber defence.** 2016h. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_78170.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Defense Against Terrorism Programm of Work.** 2015a. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50313.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50313.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 29 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **ISAF's mission in Afghanistan (2001-2014) (Archived)**. 2015b. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_69366.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm)> Acesso em 21 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Individual Partnership Action Plans (IPAPs)**. 2014c. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_49290.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49290.htm)> Acesso em 29 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **MC Concept for Counter-Terrorism**. 2016i. Disponível em: <[http://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_2016\\_01/20160817\\_160106-mc0472-1-final.pdf](http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_01/20160817_160106-mc0472-1-final.pdf)> Acesso em 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **NATO and Afghanistan**. 2016j. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_8189.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_8189.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **NATO and Libya (Archived)**. 2015c. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_71652.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_71652.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 07 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **NATO's Policy Guidelines on Counter-Terrorism**. 2012a. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_87905.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_87905.htm)> Acesso em 08 jun. 2016c.

\_\_\_\_\_. **NATO Response Force**. 2016k. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_49755.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49755.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 06 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Operation Active Endeavour**. 2016l. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_7932.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_7932.htm)> Acesso em 05 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Partnership Action Plan against Terrorism**. 2010a. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_19549.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_19549.htm?selectedLocale=en)>. Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Partnership for Peace programme**. 2016m. Disponível em <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50349.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50349.htm)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Partnership: projecting security through cooperation**. 2016n. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_84336.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_84336.htm)> Acesso em 03 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relations with the European Union**. 2016o. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_49217.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49217.htm)> Acesso em 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relations with the OSCE**. 2016p. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_49911.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49911.htm)> Acesso em 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relations with the United Nations**. 2016q. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50321.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50321.htm)> Acesso em 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Signatures of Partnership for Peace Framework Document**. 2012b. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_82584.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_82584.htm)> Acesso em 29 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Special Operations Forces.** 2015d. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_105950.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_105950.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 07 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Statement by the Secretary General on the conclusion of Operation Eagle Assist.** 2002. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/update/2002/04-april/e0430a.htm>> Acesso em 05 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Strategic Concept 2010.** 2014d. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_56626.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_56626.htm)> Acesso em 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Strategic Concept 2010.** 2010b. Disponível em: <[http://www.nato.int/nato\\_static/assets/pdf/pdf\\_publications/20120214\\_strategic-concept-2010-eng.pdf](http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf)> Acesso em 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Supreme Allied Commander Europe (SACEUR).** 2016r. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_50110.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50110.htm)> Acesso em 07 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Supreme Allied Commander Transformation (SACT).** 2015e. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50114.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50114.htm)> Acesso em 07 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **The Partnership Action Plan against Terrorism.** 2016s. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50084.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50084.htm?selectedLocale=en)> Acesso em 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Whats is NATO?** 2016t. Disponível em: <<http://www.nato.int/nato-welcome/index.html>> Acesso em 08 jun. 2016.

RAYA, Maria Angustias C. **Los cambios de la OTAN tras el fin de la Guerra Fría.** Madrid: Rógar Polígno Alcarrache, 1997.

REINARES, Fernando. **Terrorismo y Antiterrorismo.** Barcelona: A&M Gráfica, S.A., 1998.

ROMAÑA, José Miguel. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Armas secretas de Hitler.** Madrid: Ediciones Nowtilus S.L., 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, vol. 23, n. 53, mar. 2015.

SHELLEY, Dr. Louise I. et al. **Methods and Motives: Exploring Links between Transnational Organized Crime & International Terrorism.** Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/211207.pdf>> Acesso em 22 maio 2016.

ZANINI, M; EDWARD, S. The Networking of Terror in the Information Age. In: ARQUILLA, J; RONFELDT, D. **Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy.** Santa Monica: RAND Corporation, p. 29-60, 2001.